

COGNIÇÃO & USO E AQUISIÇÃO & PROCESSAMENTO DA LINGUAGEM

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2022

COGNIÇÃO & USO E AQUISIÇÃO & PROCESSAMENTO DA LINGUAGEM

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo



Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia



Cognição & uso e aquisição & processamento da linguagem

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C676 Cognição & uso e aquisição & processamento da linguagem
/ Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos.
- Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0048-6

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.486222303>

1. Linguagem. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa
de (Organizador). II. Título.

CDD 418.007

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Em **COGNIÇÃO & USO E AQUISIÇÃO & PROCESSAMENTO DA LINGUAGEM**, coletânea de quatro capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, congregamos discussões e temáticas que circundam a grande área de Letras, Linguística e Artes e dos diálogos possíveis de serem realizados com as demais áreas do saber.

Temos, no presente volume, reflexões que explicitam essas interações. Nelas estão debates que projetos integradores, metodologias ativas, dificuldade de aprendizagem, dislexia, gestores surdos e linguagem infantil.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ELABORAÇÃO DE PROJETOS INTEGRADORES: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS E HABILIDADES POR MEIO DE METODOLOGIAS ATIVAS Ana Lúcia Magalhães Benedita Hirene de França Heringer  https://doi.org/10.22533/at.ed.4862223031	
CAPÍTULO 2	17
DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM OU DISLEXIA: POSSIBILIDADES DE INTERVEN- ÇÃO Mirella Vasconcelos de Oliveira Arruda Isabelle Cerqueira Sousa  https://doi.org/10.22533/at.ed.4862223032	
CAPÍTULO 3	29
POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS NO CAMPO EDUCACIONAL: DESAFIOS DOS GESTORES SURDOS Rodrigo Rosso Marques  https://doi.org/10.22533/at.ed.4862223033	
CAPÍTULO 4	42
INSTRUMENTOS DE RASTREIO DE RISCO DA LINGUAGEM INFANTIL EM PRÉ- ESCOLARES EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS Aliaska P. Aguiar Graça Simões de Carvalho Simone Aparecida Lopes Herrera  https://doi.org/10.22533/at.ed.4862223034	
SOBRE O ORGANIZADOR	55
ÍNDICE REMISSIVO	56

POLÍTICAS E PRÁTICAS LINGUÍSTICAS NO CAMPO EDUCACIONAL: DESAFIOS DOS GESTORES SURDOS

Data de aceite: 01/02/2022

Rodrigo Rosso Marques

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina. Diretor do Departamento de Ensino Superior do Instituto Nacional de Educação de Surdos.

RESUMO: A Lei 10.436/02 e o Decreto 5.626/05 fortaleceram respectivamente, a Língua Brasileira de Sinais e a organização do trabalho e formação dos profissionais que atuam na educação de surdos. Concomitantemente, a administração escolar passa a crescer também entre estes profissionais e tende a abrir espaços aos profissionais surdos enquanto gestores do que outrora era apenas gerenciados por não surdos. A conquista de representantes surdos experientes em docência e na Língua de Sinais, é um avanço e visibilidade aos profissionais surdos, que se empenham na organização pedagógica e administrativa buscando uma educação de qualidade. Este trabalho pretende levantar questionamentos acerca dos desafios dos gestores surdos frente a administração escolar. Tais questões circundam a dúvida principal: Limitam-se à organização administrativa e qualitativa a gestão dos educadores surdos? Cogita-se que outros elementos se apresentam aos gestores surdos, entende-se que um complexo de práticas, posicionamentos e políticas estão enraizados na educação brasileira de surdos, que se somam aos outros desafios comuns aos gestores não surdos, extrapolando

aquilo que chamamos de gestão democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão–Surdos–Educação–Políticas.

LINGUISTIC POLICIES AND PRACTICES IN THE EDUCATIONAL FIELD: CHALLENGES FOR DEAF MANAGERS

ABSTRACT: The Federal Law No. 10.436/ 2002 and the Decree-Law No. 5626/2005 strengthened, respectively, the Brazilian Sign Language, the organization and the professional training of people involved in the education of the deaf people. Concomitantly, school administration starts to grow and promote spaces for deaf professionals as managers, which was once achieved strictly by non-deaf people. The conquest of deaf representatives experienced in teaching and in sign language is an advance and provides visibility for deaf professionals who are engaged in pedagogical and administrative organization, seeking quality education. This paper aims to raise questions about the challenges of deaf managers in relation to school administration that surround the main theme: Is the management of deaf educators limited to administrative and qualitative organization? Probably, other elements are present to deaf managers, such as a complex of practices, positions and policies, rooted in the Brazilian education of the deaf, which complement the other challenges common to non-deaf managers, extrapolating what is called democratic management.

KEYWORDS: Managements – Deaf – Education – Policies.

1 | INTRODUÇÃO

A educação de surdos é um tema em constante debate e é de poucas décadas que vem se transformando e destacando no cenário nacional. Com o fortalecimento das comunidades surdas, o advento de novas legislações e a difusão da Língua de Sinais, o espaço educacional ganhou novos atores e autores em busca da tão almejada qualidade de ensino. Essa trajetória até então com atuação de atores apenas não surdos, passa a ser percorrida também, embora tímida, pelos próprios sujeitos surdos. O objetivo deste artigo é justamente levantar o diálogo sobre essa participação que, até então era evidenciada apenas enquanto docentes surge, embora tímida, outros atores surdos: os gestores.

O diálogo que se propõe é, a partir de leituras de gestão escolar, estabelecer um entrelaçamento entre o sistema organizacional geral da escola e a experiência surda, uma característica exclusiva destes gestores, que vai desde a visualidade à empatia. Estas percepções permitem que o gestor surdo observe o espaço educacional como ele deve ser para os surdos enquanto docentes e discentes, tanto pedagogicamente quanto administrativamente.

No entanto, embora a gestão surda seja um aspecto positivo ao campo da educação de surdos, essa inserção dos surdos pode ser acompanhada de vários fatores que envolvem políticas, práticas e desafios que vão exigir um planejamento de gestão bem pensado e organizado.

Deste modo, o artigo tem também, como função, explicar alguns departamentos comuns do espaço educacional destacando estratégias e problemas que precisam ser solucionados. É com essa ciência que se leva aos que são e futuramente pretendem iniciar a gestão surda, informações iniciais dos embates que nós, os surdos, temos pela frente, pois muito além do protagonismo, o pertencimento ainda é uma meta a ser alcançada. Gestão Surda e a Educação de Surdos.

2 | GESTÃO SURDA E A EDUCAÇÃO DE SURDOS

Necessário deixar registrado em linhas iniciais sobre a lei 10.436/02 e o Decreto 5626/05 que respectivamente, com o respeito à língua de sinais, o uso, a difusão durante três anos após ser regulamentada dispendo de encaminhamentos na formação das séries iniciais até o ensino superior. Com esse direcionamento, a formação leva os profissionais surdos a entrarem na educação dos não surdos¹, não mais como agentes passivos, mas como atuantes, ingressando em espaços outrora submetidos a práticas educacionais e linguísticas de profissionais até então consolidados como referências nos espaços de

¹ Usarei ao longo deste trabalho o termo não surdo para designar pessoas que usam ou não as línguas de sinais, que trabalham com pessoas surdas, que tem conhecimento teórico, de causa e movimento, estão envolvidos nos espaços de surdos, mas não são surdas, como é o caso de professores, intérpretes, entre outros profissionais. Este termo é diferente de ouvintes, estes são pessoas que não conhecem e não estão inseridas no contexto dos surdos citados no conceito de não surdos.

atuação. Destacando uma afirmação contraditória, exponho: O espaço que os surdos hoje estão atuando, a educação de surdos, ela “é” dos surdos ou pertence aos não surdos? Considerando que, como dito, até então os agentes passivos, que sempre receberam a instrução, se levantam, quebram o silêncio, elevam as mãos, exigindo uma igualdade de conhecimentos, de direitos até então mergulhados no silêncio obscuro da capa protetora da língua portuguesa. A “passividade”, que com a Língua de Sinais, com a Lei 10.436 e o decreto 5.626 começa a ser ameaçada pela impulsão de cursos com currículos específicos, como as Pedagogias Bilingues e os cursos de Letras Língua Brasileira de Sinais, fortalecem a participação de surdos (e dos Aliados²) buscando o acesso ao conhecimento que lhes é por direito.

A princípio de diálogo, entendo que o espaço até então era (ou ainda é) pertencente aos não surdos, pois como dito, a passividade não nos dá pertencimento, nos “permite” estar ali, dado que a voz ecoada pelos não surdos, não é representatividade surda. Neste entendimento, a legislação estabelecia a necessidade de formação com currículos que envolvam os aspectos linguísticos e culturais da comunidade surda.

É partindo deste ponto que a educação de surdos principia o pertencimento, os surdos participando, em sua maioria, das decisões de ementários e currículos dos cursos de formação e capacitação. Desse modo, podemos considerar que o espaço de educação de surdos, é realmente pertencente e gerenciado por surdos.

A linha tênue entre a discordância da afirmação que, uma maioria não surda gerencia sob a ótica democrática é fundamento equivocado e manipulador na educação de surdos. Em termos de gestão educacional (pedagógica ou administrativa), o espaço de pertencimento é superior ao protagonismo, pois é regida por todos.

Em referência ao protagonismo surdo, ele emerge a partir das lutas políticas coletivas ou individuais das pessoas surdas e aliados não surdos. O protagonismo, ou seja, a referência principal do espaço de atuação, é fundamental para as mudanças na educação de surdos. É uma forte transição ao pertencimento deste espaço de educação, dos não surdos para os surdos. Esta transição não é algo natural que vai se transformando com o tempo e permanece imutável, ela demanda planejamento e tempo, caso contrário, quando o protagonismo não estiver mais presente, o risco do trabalho desenvolvido se perder com mudanças posteriores é grande. Para que o espaço da educação seja consolidado com foco na educação de surdos, pelos protagonistas, a responsabilidade destas ações é o gestor surdo, objeto da nossa discussão.

O gestor surdo que atua no espaço escolar ou universitário, segue um gerenciamento diferenciado do gestor não surdo. Sua missão é tanto manter a estrutura geral da educação funcionando com sucesso, quanto inserir os estudos surdos e a cultura surda no ambiente

2 Considero como os Aliados, as pessoas não surdas que usam a Língua de Sinais, respeitam os surdos e seus espaços, estão engajados nas melhorias quantitativa e qualitativa nos diferentes segmentos de participação dos surdos. Um não surdo fluente, que não sinaliza nos espaços em educação de/com surdos, sob diferentes pretextos como, por exemplo, língua de conforto, não pode ser considerado um Aliado.

educacional. Tal função exige habilidades de negociação, formação, bom senso e paciência. As mudanças não podem ocorrer bruscamente pois, como afirmado, o espaço de educação de surdos, como em sua maioria, pode não pertencer aos surdos.

Em termos de gestão educacional cito enquanto um elenco geral as palavras de Lück, 2012, pois entendo abordar vários aspectos que são pertinentes ao nosso tema:

“A gestão escolar aborda questões concretas da rotina educacional e busca garantir que as instituições de ensino tenham as condições necessárias para cumprir seu papel principal: ensinar com qualidade e formar cidadãos com as competências e habilidades indispensáveis para sua vida pessoal e profissional.” (Lück,2012).

Com a expansão dos cursos de Graduação em Pedagogia Bilingue e Graduação em Letras Língua Brasileira de Sinais, os acadêmicos surdos começam a se inserir nestes espaços enquanto professores. A composição de corpo docente surdo, efetivado através de concursos públicos, abre espaços para participarem das gestões democráticas, enquanto coordenadores de curso, chefes de departamento ou mesmo diretores destes campos.

Considerando que a educação de surdos objetiva uma formação de/para surdos, com conteúdo ministrados em Língua de Sinais, a *língua de instrução*³, ligando as áreas de conhecimento com as especificidades surdas, como por exemplo a Didática da Educação de Surdos, Psicologia da Educação de Surdos, História da Educação de Surdos, bem como aspectos linguísticos das Línguas de Sinais, tais conteúdos visam fortalecer e divulgar a Língua de Sinais, capacitar e formar agentes que receberão discentes surdos em sala de aula. Essas disciplinas são essenciais nos currículos escolares, seja no Curso de Graduação em Pedagogia ou em Letras Língua Brasileira de Sinais, pois mostram aos surdos suas potencialidades, atuações e posições na sociedade.

De certo modo, a gestão surda de educação se objetiva a um grande desafio: levar os surdos formados, a língua de sinais, a cultura surda aos diferentes segmentos sociais partindo da escola. Tarefa nada fácil considerando Libâneo (2001):

A organização e gestão constituem o conjunto das condições e dos meios utilizados para assegurar o bom funcionamento da instituição escolar, de modo que alcance os objetivos educacionais esperados. Os termos organização e gestão são frequentemente, associados à ideia de administração, de governo, de provisão de condições de funcionamento de determinada instituição social – família, empresa, escola, órgão público, entidades sindicais, culturais, científicas, etc. – para a realização de seus objetivos. (LIBÂNEO, 2001, p.293).

Assim o gestor surdo, com estes objetivos deve mobilizar toda a estrutura escolar para atender esta missão, estrutura esta que vamos elencar nas linhas que se seguem.

Entre os principais pontos de uma gestão escolar podemos citar o planejamento pedagógico, o planejamento administrativo, o planejamento financeiro, o planejamento de recursos humanos, o planejamento de comunicação e planejamento cronológico. Tais

³ Considero o conceito de língua de instrução como a língua que o professor utiliza para ensinar sem intermediários, seja ela primeira ou segunda língua.

elementos não são exclusivos da comunidade surda, ou dos surdos, são planejamentos gerais que compõe uma gestão escolar e devem ser observados com cautela e controle, pois caso houver deficiências em algum departamento, compromete toda a estrutura escolar, uma vez que estão integrados e entrelaçados num elemento em comum: o aluno.

3 | GESTÃO PEDAGÓGICA

Vamos iniciar pelo caminho pedagógico, que também podemos chamar de Gestão Pedagógica, e envolve todo processo de ensino-aprendizagem. Entre as muitas auto indagações que o gestor surdo deve fazer, cita-se algumas: Qual método será adequado à escola, a faculdade ou ao curso? O currículo escolar aborda os estudos surdos em educação? A Língua de Sinais é utilizada como língua de instrução? Há resistência no uso da Língua de Sinais? Como está a evasão dos surdos? Há um consenso entre os profissionais do espaço de pertencimento acerca do método? Coletividade ou Individualismo? São perguntas que o gestor surdo deve estar atento e elaborar estratégias e práticas que encaminhe para uma educação voltada aos surdos.

A garantia de uma educação com qualidade aos surdos, que procuram uma formação, seja para formar outros surdos ou para uma carreira particular, considerando seu espaço de pertencimento e protagonismo, passa por um sistema onde a metodologia deve conter conteúdos que envolvam os surdos, ministrados em Língua de Sinais, com explicações visuais, e a avaliação nesta mesma orientação, não tendo a língua portuguesa como fundamento delimitador e determinante para análise do conhecimento aprendido.

O gestor surdo deve ter plena consciência das carências teórico práticas implementadas no sistema educacional destinado aos surdos, dado que, a empatia pelos semelhantes surdos movimenta a busca por uma qualidade e equidade de participação e atuação nos espaços sociais.

Tal consciência do gestor surdo necessária, porém, não suficiente, tudo indica que é preciso estar no espaço de negociação com a comunidade acadêmica, lembrando que no início deste artigo foi chamada a atenção para o espaço de pertencimento pois, embora o espaço esteja designado à formação na educação de surdos, não significa que pertence aos surdos. Concomitantemente estar neste espaço de negociação são grandes as chances de surgirem conflitos especialmente com os não surdos. A aceitação de um currículo específico, de ministrar as aulas em Língua de Sinais, de seguir o método visual serão entraves políticos tanto por docentes ou discentes não surdos.

Ainda em relação ao parágrafo no qual citamos a organização pedagógica do gestor surdo, algumas características desta organização específica são fundamentais citar. A primeira delas é sobre a Língua de Sinais, o modo que ela é utilizada na sala de aula intervém, e muito no processo de ensino aprendizagem de discentes surdos. O fato de receber a instrução em sua primeira língua, por si só, já é um fator de predisposição ao

ensino. Transcrevo um trecho do artigo de Dizeu e Caporali (2005) sobre a Língua de Sinais:

Estamos inseridos em uma comunidade ouvinte, onde todos os processos comunicativos derivam da oralidade e nossas relações sociais se tornam possíveis na/pela linguagem. Para fazer parte dessas relações é preciso ter acesso também à língua majoritária; esta irá propiciar experiências, aquisição de conhecimentos e integração ao meio. Porém essas regras são válidas aos componentes da sociedade que não apresentam interferências no canal oral-auditivo. No caso dos surdos, esse acesso à língua oral não apresentará condições favoráveis. Diante disso se torna essencial a incorporação da língua de sinais na vida desses sujeitos. Neste sentido, Góes (1999) afirma que a língua de sinais será necessária para que haja condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, constituindo o funcionamento cognitivo e afetivo, promovendo a constituição da subjetividade. (Dizeu e Caporali, 2005).

Conforme esclarecido pelas autoras, as regras destinadas aos surdos e aos ouvintes no caso da língua e seu desenvolvimento social, são diferenciadas e insistir em uma educação com fundamento delimitador (ensino) e julgador (avaliações) aos surdos com base na língua majoritária, no caso, o português, é fundamento primeiro ao fracasso e evasão escolar.

Vamos deixar a descrição dos inúmeros argumentos sobre a importância da Língua de Sinais aos discentes surdos, para outra ocasião, por ora, vamos focar nas funções do gestor surdo. Outra característica do planejamento pedagógico refere-se é a atenção aos discentes, o modo de expor as informações é bem diferente dos discentes não surdos, as informações precisam ser descritas, detalhadas, isso não significa uma defasagem cognitiva desse público, muito pelo contrário, significa uma diferença cultural, um modo diferente de perceber e interpretar as informações, e deve ser respeitada. O gestor surdo deve estar atento a estes quesitos, pois eles são invisíveis (ou “visíveis”) aos não surdos, sejam eles docentes, discentes ou mesmo gestores.

Outra organização da gestão pedagógica, e diretamente entrelaçada à atenção aos discentes, refere-se a visualidade das informações, orientações, prazos, entre outras possibilidades, garantindo que os discentes surdos “vejam” esses detalhes. A sala de aula possui muitas informações, vão da aula expositiva, dialogada, aos conteúdos, as avaliações, as recuperações, notas, somatórias, negociações, trabalhos, e intermináveis situações deste universo. Como mostrar?

O desafio do gestor não se limita a sala de aula, mas a todo ambiente educacional. Ainda temos a parte pedagógica de quais registros vamos escolher e disponibilizar aos alunos, dependendo de onde se atua, os registros visuais vão desde vídeos em Língua de Sinais até formas de escritas gráficas como o SignWriting. Neste aspecto, o gestor tende a buscar negociações com os docentes com o intuito de garantir que os alunos recebam materiais visuais, de modo que tenham oportunidade e isonomia idêntica aos discentes

não surdos.

De fato, concordo com Demo 1985,

“[...] educação é principalmente a formação da cidadania, o cultivo da capacidade de autopromoção, a impregnação da identidade cultural e comunitária, a instrumentação da participação política” (Demo, 1985. P.40).

Se a qualidade da educação objetiva os pressupostos citados por Demo, o gestor surdo deve orientar e gerir a educação de surdos buscando entrelaçar, a cultura surda, os conteúdos, a Língua de Sinais, formando cidadãos capazes de ser e estar na sociedade, “*ser*” enquanto pessoa com seus direitos e deveres e “*estar*”, enquanto agente participativos nos diferentes segmentos.

4 | GESTÃO FINANCEIRA

Embora a questão das finanças pareça, a priori, que não faça parte da gestão surda, este entendimento carece de esclarecimentos, pois suas ações e deliberações tem impacto no orçamento da instituição. Alguns aspectos que podemos elencar são, materiais de consumo, materiais permanentes, reformas, melhorias, comunicadores (Viável Brasil⁴/ outros), editais, traduções, editores, cinegrafistas, tradutores, docentes, comissões, portarias, entre outras.

Como podemos observar, há mais detalhes do que comumente utilizado pela comunidade escolar não surda. Características específicas como o uso do aparelho Viável Brasil, tradução de materiais para Língua de Sinais, Filmagens, edições são metodologias e estratégias que o gestor surdo deve proporcionar no seu ambiente de atuação.

Considerando a questão de gastos e disponibilização de recursos, o gestor surdo vai encontrar não apenas dificuldades na negociação financeira, ele deve estar preparado para “justificar” essa necessidade que, por mais incrível e óbvio que pareça, nem sempre para pessoas leigas. Os embates do gestor surdo vão de encontro com a comunidade não surda, a “necessidade” produz um certo acesso que se converte em poder, e quanto mais a comunidade discente surda avança, mais o pertencimento se faz presente. Logo, um curso de graduação destinado à surdos, mas com uma tímida participação de surdos é ambiente favorável ao pertencimento dos não surdos.

Cito Paro (2001) enquanto observador de resistências nas avaliações, considero essa percepção uma observação semelhante ao que acontece na educação de surdos, devendo ter atenção especial do gestor surdo:

Os componentes culturais até aqui apresentados- a negação da subjetividade, a competitividade, o horror ao fracasso e o desenvolvimento do autoconceito negativo, assimilados durante a socialização primária, relacionam-se, de uma forma ou de outra, com a resistência à promoção dos estudantes, mas

⁴ Aparelho utilizado por surdos ou ouvintes como proposta de substituição do telefone convencional. <http://www.viavel-brasil.com.br/>.

também se conjugam para constituir um componente cultural- síntese que é a própria reprovação escolar, que acaba firmando-se como um valor legítimo no imaginário social, considerada como parte constitutiva e inseparável do processo educativo. (PARO, 2001, p.81).

Exatamente com essa afirmação, cursos de formação de educadores, como Pedagogias e Letras, ditos de/para surdos, tem um imaginário social de legitimidade, enquanto na realidade são ignoradas as línguas de sinais, os surdos, os conteúdos específicos e, certamente, a dignidade discente.

5 | GESTÃO ADMINISTRATIVA

O cuidado com o espaço escolar é uma responsabilidade complexa pois a correta disponibilização e execução permite que os outros pilares de gestão escolar se desenvolvam com fluidez, principalmente a gestão pedagógica. Assim, a estrutura escolar se compõe de diversos ambientes (salas de aula, laboratórios, bibliotecas, secretarias, coordenações), materiais disponíveis (cadeiras, mesas, computadores, impressoras), corpo docente, corpo técnico administrativo, intérpretes, profissionais de edição, entre as muitas especificidades que compõe uma estrutura administrativa. É evidente que não citamos muitos outros aspectos como permissões de funcionamentos (Alvarás), segurança (rotas de fuga), avisos, e outros detalhes de obrigatoriedade de funcionamento.

Embora de forma geral citados alguns exemplos, a gestão surda agrega outras especificidades, como sala de aulas sem colunas em seu interior, disponibilização de cadeiras, espaço dos intérpretes, laboratório de produção de material em Língua de Sinais, servidores (nuvem) específicos para receber vídeos, sinalização dos ambientes de modo visual, comunicadores (telefones para surdos) e informadores (TV ou Monitor), sinalizadores de emergência, entre outros. É perceptível a diferença da gestão administrativa de uma escola destinada aos discentes e docentes surdos, a questão cultural, a condição de ser, exigem uma estrutura que permita aos seus participantes conviverem com harmonia e segurança no espaço educacional.

No que se refere a gestão administrativa é importante observar o que Alonso (2002) expõe:

“[...] todo o processo de organização e direção da escola, produto de uma equipe, que se orienta por uma proposta com base no conhecimento da realidade, a partir do qual são definidos propósitos e previstos os meios necessários para a sua realização, estabelecendo metas, definindo rumos e encaminhamentos necessários, sem, entretanto, configurá-los dentro de esquema rígido de ação, permitindo alterações sempre que necessário. O termo gestão implica desconcentração de poder, compartilhamento, e permite a criação de mecanismos de participação adequados à situação e ao projeto.” (Alonso, 2002. p.176).

Por isso, é fundamental o gestor surdo compor uma equipe de confiança, seja de

surdos ou não surdos, a composição desta equipe gestora é precedente fundamental para o sucesso da gestão administrativa. Devido as especificidades de uma educação de surdos, o perfil dos membros gestores de assessoramento deve seguir algumas características como participar da comunidade surda, ser fluente em Libras, conhecer o processo histórico da educação de surdos, dedicação a causa surda, confiança e respeito ao líder surdo.

Tem-se ciência que atualmente os espaços de educação de surdos, em especial o ensino superior, o pertencimento ainda é um processo em formação. O desafio do gestor surdo será gerir o espaço administrativo através das ferramentas que lhe estão disponíveis e estas, em sua grande maioria, não atendem aos pré-requisitos, devendo por isso a gestão ser muito bem planejada.

6 | GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Esta gestão envolve todas as pessoas direta ou indiretamente envolvidas no ambiente da escola. É preciso considerar todos que tenham poder de afetar os objetivos e metas do processo escolar. No nosso caso são os alunos, os docentes, os coordenadores, a direção, os tradutores, os intérpretes, os editores, técnicos administrativos e outros servidores. Isso porque o funcionamento ineficiente de um, provocará um efeito dominó em todo sistema de gerenciamento.

A diferença entre a gestão administrativa e a gestão de recursos humanos baseia-se enquanto uma se destina as questões burocráticas de contratação, de quantidade e disponibilidade, a outra está mais centrada na qualidade, funcionamento e eficiência do trabalho enquanto um todo.

Ao gestor surdo é imperioso destacar que essa gestão atua diretamente com pessoas, então o tato, o respeito e o cuidado, são de grande suporte no encaminhamento desta gestão. De tal modo, não raramente, vamos encontrar profissionais contrários à Língua de Sinais, servidores que, para a sociedade são considerados especialistas na educação de surdos.

Infelizmente, a demagogia se faz fortemente impregnada no meio. Algumas vezes é mais fácil atingir um objetivo com pessoas que não tem o mínimo conhecimento da área do que conseguir o apoio de pares que lutam pelo mesmo objetivo. Dada essa ciência, o gestor surdo deve estar atento a discursos e práticas que tenham por intento o refreamento dos trabalhos em prol de uma educação de surdos de qualidade.

Os principais caminhos utilizados serão as alterações curriculares, compondo cursos denominados de/para surdos, mas com currículos que não atendem uma formação para atuar com estes discentes. A autonomia de colegiado de cursos ou departamentos, não pode ser fator determinante das necessidades sociais. Se os cursos são destinados a um público específico, no caso os surdos, a grade curricular deve, por obrigação e bom senso, seguir a necessidade destes sujeitos.

Acrescenta-se uma estratégia, muito utilizada, e que o gestor surdo deve perceber, será a negação subtendida da Língua de Sinais, de modo que para a sociedade, para os que estão fora da educação de surdos, a Língua de Sinais tem grande relevância, enquanto na realidade permanece sem efetividade. Assim, profissionais que não utilizam a Língua de Sinais como língua de instrução, por intermédio de intérpretes, consolidam o seu domínio de pertencimento nos espaços de educação de surdos. Neste contexto, o gestor surdo deve também constatar o apoio de discentes não surdos, influenciados por modelos e práticas nestes espaços, contribuindo assim para o detrimento da educação e da Língua de Sinais.

“Quando uma organização está voltada para as pessoas, a sua filosofia global e a cultura organizacional passam a refletir essa crença. A gestão de pessoas é a função que permite a colaboração eficaz das pessoas para alcançar os objetivos organizacionais e individuais. Os nomes – como departamento pessoas, relações industriais, recursos humanos – são utilizados para descrever a unidade, departamento ou equipe relacionada com a gestão de pessoas. Cada qual reflete uma maneira de lidar com as pessoas.” (CHIAVENATO, 2005, p. 11).

Entendemos que todos os elementos envolvidos no espaço de gerenciamento escolar são importantes, e o perfil deve ser levado sempre em conta. Pessoas que não tem vínculo com a comunidade surda, com a Língua de Sinais, com os Estudos Surdos devem, antes de inserir nestes espaços, procurar ampla formação. No caso dos intérpretes, condições como confiança, fidelidade, fluência no português e na Língua de Sinais, são fundamentais para a gestão surda. Na ação de gerenciamento do gestor surdo, por melhor que seja sua estratégia e condições favoráveis em uma negociação, um intérprete sem os requisitos citados, é constatar o fracasso. A importância e atuação do profissional intérprete no ambiente escolar deve ainda, ser tema de discussão. A qualidade, as questões éticas, os espaços de sala de aula, são aspectos, como disposto até aqui, possui influência direta no processo de ensino aprendizagem (sala de aula) e de negociação (gestão).

Para finalizar o capítulo da gestão de pessoas, embora tenha citado alguns dos atuantes do sistema educacional, o estabelecimento de uma política linguística entre os participantes desse processo trará oportunidades positivas a todos segmentos. A sinalização nos espaços de educação de surdos não deve ser obrigatória apenas quando os discentes ou os docentes surdos estão presentes, e sim tornar-se um hábito, o espaço de pertencimento não necessariamente precisa ser um indivíduo, mas um ser e estar com práticas e hábitos comuns aos dos surdos.

7 | GESTÃO DE COMUNICAÇÃO

A gestão de comunicação está diretamente relacionada a gestão de pessoas, todos sabemos que a comunicação é essencial para fluir todas etapas de gerenciamento, no nosso caso, o gerenciamento escolar. Freire (2011) destaca a importância da comunicação na educação:

“A escola necessita, pois, repensar urgentemente a sua relação com o processo de comunicação, ela precisa considerar a comunicação como parte fundamental para a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem, porque a sociedade atual, uma sociedade globalizada, pautada na informação e no conhecimento, em que é preciso aprender a aprender continuamente, caracterizada pela velocidade na geração e distribuição de informações precisa estar conectada com o processo de comunicação, bem como com os meios de comunicação de massa, a fim de que se possa obter um processo educativo de qualidade, onde o aluno seja parte integrante de uma sociedade igualitária e democrática”. (Freire, 2011).

Temos nesse modelo um encaminhamento enquanto gestores surdos: promover a comunicação entre os docentes e os discentes surdos e o ambiente escolar destinado aos surdos. De que modo, a ausência da Língua de Sinais de forma direta e efetiva pode se fazer pode ser substituída por outros meios que promovam o ensino aprendido? A interpretação não se sobrepõe a fala original. É preciso frisar que, em todo o corpo deste trabalho, estamos falando de **espaços e de educação de surdos**, o público autor deve estar habilitado e fluente para ensinar os atores desse processo complexo que é ensinar e aprender.

A inserção de intermediários comunicacionais entre o docente e o discente não são recomendáveis nestes espaços. O gestor surdo deve elaborar práticas e estratégias a promover esse encontro através de formações continuadas, hábitos e principalmente a inserção de surdos nestes espaços.

8 | GESTÃO DE TEMPO

Quando se fala de planejamento, projeto ou mesmo plano, estabelecemos metas, objetivos, hipóteses, fundamentações e conteúdo. Todos esses aspectos que compõe uma boa gestão não podem desconsiderar a questão do cronograma dos trabalhos. O gestor surdo precisa ficar atento aos planejamentos e metas propostos e delimitar um cronograma de execução, caso contrário vai ficar imerso em pilhas de processos e resolvendo problemas cotidianos. As metas devem ser estabelecidas, como por exemplo o tempo de formação dos professores, principalmente se for aquisição da Língua de Sinais, pois depende do empenho de cada profissional.

9 | CONCLUSÃO

A idéia de apresentar uma experiência aliada a prática de gestão em instituição pública aos gestores surdos, emerge uma visibilidade de várias condutas e encaminhamentos que precisam ser solucionados. A questão de ser surdo pode ser visto por alguns prismas. O primeiro remete às desconfianças na capacidade de gerenciamento dos profissionais surdos, não apenas pelos não surdos, mas também pelos seus pares.

O protagonismo surdo, presente no momento é um forte indício da necessidade de

mudança. A representatividade atrela a seus personagens uma responsabilidade de que o fracasso não pode ser opção, pois um sistema frágil começa a se firmar no espaço da educação dos surdos: o pertencimento.

Tal condição faz recuar o posicionamento e a ideologia que os não surdos decidem pelos surdos, é o momento de escolhermos os currículos, os ementários, os conteúdos, elevar a sociedade que não é apenas pela didática que o processo de ensino aprendizagem funciona aos surdos, tal qual a distinção entre as modalidades de língua orais e auditivas, a didática deve estar entrelaçada a cultura, aos estudos surdos, a Língua de Sinais, tornando-se a Didática e Educação de Surdos, e nesta lógica segue-se as demais disciplinas. Não é pelas avaliações do português que vamos abrir espaços aos surdos, os vídeos em Língua de Sinais levam o conhecimento a todos os surdos da sociedade, o conhecimento precisa ser avaliado enquanto conhecimento expresso e não usando como pano de fundo a Língua Portuguesa.

Ensinar a ler e escreve o português é importante sim, e deve estar nos currículos escolares, mas não como condição de aprovação ou avaliação. Essas e outras questões além das elencadas ao longo do trabalho são metas, políticas e desafios que o gestor surdo vai encontrar na sua trajetória, cabe a ele, tal quais os desafios de um líder de associação de surdos, buscar sempre melhorias à educação de surdos, planejando, organizando e lutando por um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

1. ALONSO, Myrtes. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org.). Supervisão Educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de pessoas. Segunda Edição, Totalmente Revista e Atualizada. Editora Campus, 2005.
3. DEMO, P. Ciências sociais e qualidade. São Paulo: ALMED, 1985. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200014. Acesso em: 14 de fevereiro de 2020.
4. DIZEU, Liliâne Correia Toscano de Brito e CAPORALI, Sueli Aparecida. A língua de sinais constituindo o surdo como sujeito. Revista Educação e Sociedade. vol.26. n.91. Campinas, May/Aug. 2005.
5. FREIRE, S. S. Comunicação e a Prática Educativa: a importância do processo de comunicação no ambiente escolar. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/comunicacao-e-a-praticaeducativa-a-importancia-do-processo-de-comunicacao-no-ambiente-escolar-4915358.html> Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.
6. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Ed. Cortez, 2003.

7. LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão da escola. In: LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. 4.ed.Goiânia: Alternativa, 2001.
8. LUCK, Heloisa. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. Série cadernos de gestão.Ed.8.Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
9. MARTINS, José do Prado. Administração escolar: uma abordagem crítica do processo administrativo em educação. São Paulo: Ed. Atlas, 1991.
10. PARO, Vitor H. Gestão democrática da escola pública. São Paulo: Ed. Ática, 2001.
11. PARO, Vitor H. Reprovação escolar: renúncia à educação. São Paulo: Xamã, 2001.
12. SILVA, Jair Militão da. A autonomia da escola pública: a rehumanização da escola. Campinas, SP: Ed. Papirus, 1996.

Sites

<http://www.viavelbrasil.com.br/>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aquisição 1, 9, 14, 18, 21, 25, 34, 39, 42, 43, 46, 54

C

Competência 7, 8, 15, 50

Contextos educacionais 42, 44, 46, 51

D

Dificuldade de aprendizagem 17, 20, 21, 28

Dislexia 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28

E

Educação 13, 17, 18, 19, 20, 24, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 55

G

Gestores surdos 29, 39

L

Linguagem 1, 2, 3, 5, 7, 11, 12, 13, 14, 18, 20, 21, 34, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 54, 55

Linguagem infantil 42, 43, 45, 50, 51

M

Metodologias ativas 1, 2, 3, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15

P

Política 7, 35, 38

Práticas linguísticas 5, 29

Pré-escolares 42, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 54

Projetos Integradores 1, 2, 9, 14

COGNIÇÃO & USO E AQUISIÇÃO & PROCESSAMENTO DA LINGUAGEM

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




Ano 2022

COGNIÇÃO & USO E AQUISIÇÃO & PROCESSAMENTO DA LINGUAGEM

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 




Ano 2022